

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 6 | edição nº 1 | 2017

*Acumulação sistêmica e perspectiva
brasileira: uma análise sobre as visões de
Giovanni Arrighi e de Celso Furtado*

Pedro Brocco, Gabriel Rached

 Igepri
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 unesp
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex

ACUMULAÇÃO SISTÊMICA E PERSPECTIVA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE SOBRE AS VISÕES DE GIOVANNI ARRIGHI E DE CELSO FURTADO

Pedro Brocco¹

Gabriel Rached²

Resumo: O trabalho pretende analisar o percurso trilhado por Giovanni Arrighi em duas de suas principais obras (*O Longo Século XX* e *Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial*), levando em conta a tradição formada pelos teóricos do sistema-mundo (Arrighi, Wallerstein *et. al.*) e articular sua teoria com a obra de Celso Furtado, especificamente sobre a posição do Brasil nos ciclos de acumulação sistêmica. O esforço se justifica pela pertinência da análise do caso brasileiro pelo ponto de vista da perspectiva da acumulação sistêmica em cotejo com a obra de Celso Furtado, bem como pelo estudo acerca de uma possível afinidade entre a perspectiva de análise de Celso Furtado e a da Teoria do Sistema-Mundo.

Palavras-chave: Acumulação primitiva; ciclos de acumulação sistêmica; Giovanni Arrighi; Celso Furtado.

SYSTEMIC ACCUMULATION AND BRAZILIAN PERSPECTIVE: AN ANALYSIS ON THE VISIONS OF GIOVANNI ARRIGHI AND CELSO FURTADO

Abstract: The study aims to analyze the path of Giovanni Arrighi in two of his major works (*The Long Twentieth Century* and *Chaos and Governance in Modern World System*) as well as the tradition formed by the theorists of the world system (Arrighi, Wallerstein *et. al.*) and to articulate his theory with the work of Celso Furtado, specifically about Brazil's position in the systemic cycles of accumulation, in a historical perspective. The effort is justified by the pertinence of the analysis of the Brazilian case on the perspective of the systemic accumulation with the work of Celso Furtado, as well as by the study of a possible affinity between the analytical perspective of Celso Furtado and of the World System Theory.

Keywords: Primitive accumulation; cycles of hegemonic accumulation; Giovanni Arrighi; Celso Furtado.

¹ Doutorando e mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD/UFF). ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0002-0690-6976>. Email: pedrodbb@gmail.com

² Professor Adjunto da Faculdade de Direito da UFF, atuando na disciplina "Economia Política e Direito" e integrando também o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da mesma instituição (PPGSD/UFF). Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestre em Economia pela Universidade Estadual Paulista - UNESP. Email: gabrielrached2015@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo realizar incursões por algumas elaborações da Teoria do Sistema-Mundo e, de maneira especial, pelo pensamento de Giovanni Arrighi, um de seus maiores expoentes ao lado de Immanuel Wallerstein. O intuito consiste em examinar alguns pontos da teoria de Arrighi acerca dos ciclos de acumulação sistêmica, bem como de seus pressupostos teóricos, encontrados, sobretudo, em Fernand Braudel e seu método de leitura da história econômica numa perspectiva de “longa duração” (*longue durée*), e em Karl Marx, no que tange à acumulação primitiva do capital. Em uma segunda parte, a ideia seria observar pontos de diálogo entre a perspectiva da Teoria do Sistema-Mundo com a obra de Celso Furtado. Nesse sentido, procura-se analisar se a leitura de Celso Furtado acerca da dinâmica capitalista ao longo da formação do Brasil, a partir do sistema colonial, seria destoante ou se aproximaria da perspectiva de Arrighi e da Teoria do Sistema-Mundo.

Em *O Longo Século XX*, publicado no Brasil em 1996, referência explícita ao trabalho de Braudel, Arrighi expõe os ciclos de acumulação sistêmica na economia mundial e constrói um percurso do processo de acumulação de capital, entre a produção e a financeirização, apontando diversas potências hegemônicas que ocuparam o lugar de liderança tanto no plano econômico quanto no plano político e cultural ao longo do seu ciclo.

Em paralelo e seguindo essa perspectiva, a obra de Celso Furtado mostra-se bastante pertinente para atuar como pedra angular a partir da qual se buscará uma análise mais detida a respeito da posição do Brasil e sua relação com as fases dos ciclos de acumulação hegemônica. Furtado, em *Formação Econômica do Brasil*³ (2007), marca a presença imprescindível da extração aurífera no Brasil aliada à dependência de Portugal à Inglaterra para o empuxo econômico da indústria inglesa, o qual encontra no comércio luso-brasileiro condições excepcionais e de quase unilateralidade.

As especificidades da análise de Furtado acabam sendo úteis e complementares para uma melhor compreensão dos ciclos de acumulação sistêmica, além de dar ênfase para a importância da presença das estruturas administrativas estatais na realização da chamada *acumulação primitiva de capital*, retratada de forma detalhada por Marx nos capítulos finais do primeiro volume de *O Capital*.

Por este motivo, é relevante marcar a importância da influência da teoria de Karl Marx sobre a obra de Arrighi e, ainda que de forma indireta, sobre o pensamento de Furtado, bem

³ O livro foi publicado originalmente no Brasil em janeiro de 1959.

como sobre as teorias que se debruçam sobre a problemática da acumulação de capital e concentração de renda.

Este artigo se organiza da seguinte forma: uma primeira seção visando apresentar um panorama geral da obra de Giovanni Arrighi e da Teoria do Sistema-Mundo, utilizando para isto duas de suas principais obras: *O Longo Século XX* (1996) e *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial* (2001); uma segunda seção que se ocupa de elementos presentes na obra de Celso Furtado, sobretudo em *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII* (2001), sua tese de doutorado⁴, e *Formação Econômica do Brasil* (1959; 2007); e, por fim, uma terceira parte que busca sinalizar a pertinência de uma leitura conjugada entre Furtado e a perspectiva da Teoria do Sistema-Mundo, com o intuito de estabelecer relações com a abordagem realizada por Giovanni Arrighi.

1. OS PRINCÍPIOS DA ACUMULAÇÃO SISTÊMICA EM GIOVANNI ARRIGHI

Giovanni Arrighi (1937-2009) nasceu em Milão e laureou-se em economia pela *Università Commerciale Luigi Bocconi* em 1960. Inicia sua carreira docente na África, ensinando na *Universidade da Rodésia* (atual Zimbábue) e depois na *Universidade de Dar es Salaam*, na Tanzânia. Seus interesses iniciais giravam em torno de pesquisas sobre o trabalho no interior do processo do colonialismo (neocolonialismo do século XIX) e movimentos de resistência e descolonização. Ali entra em contato com o trabalho de Immanuel Wallerstein e realiza estudos sobre a África e a Índia, tornando-se posteriormente presidente da *African Studies Association* (fato que ocorrerá em 1973).

Após retornar para a Itália em 1969, Arrighi forma o “Gruppo Gramsci” em 1971. Em 1979 junta-se a Wallerstein como professor de Sociologia no *Fernand Braudel Center of Study in Economies, Historical Systems and Civilizations*, na *Binghampton University*, em Nova Iorque. Nesse momento, forma-se um núcleo de pesquisas com um projeto capaz de criar uma tradição e um campo de atração para pesquisadores do mundo todo, movimento que dará forma à Teoria do Sistema Mundo, por eles inicialmente elaborada. Wallerstein define a análise do Sistema-Mundo como um movimento do saber e propõe uma substituição das categorias das ciências sociais do século XIX em prol de uma nova ciência social histórica (WALLERSTEIN, 2012, p. 17). Junto com Wallerstein, Arrighi se destaca como um dos principais teóricos da Teoria do Sistema-Mundo, ou Teoria dos Sistemas Mundiais, situando-

⁴ A referida tese foi defendida em 1º de junho de 1948 na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris.

se entre o campo da História, da Economia Política e da Sociologia na Johns Hopkins University, na década de 1990. Suas principais influências foram os trabalhos de Adam Smith, Max Weber, Karl Marx, Antonio Gramsci, Joseph Schumpeter, além de Fernand Braudel.

Arrighi inicia nos anos 1990 a escrita e publicação do que é considerada uma trilogia: o primeiro e importante volume, *O Longo Século XX*, publicado originalmente em 1994, seguido pela obra organizada em parceria com Beverly J. Silver, *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*, publicada originalmente em 1999, tendo fim com o volume intitulado *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*, publicado originalmente em 2007.

Em *O Longo Século XX*, Arrighi apresenta no início a ideia de que algo de fundamental parece ter ocorrido e modificado o modo como funciona o capitalismo nos anos 1970. A tese defendida por ele é a de que a história do capitalismo vem atravessando um momento decisivo, mas essa situação não é inédita ou sem precedentes: longos períodos de crise, reestruturação e reorganização (mudanças com descontinuidade) têm sido muito mais típicos na história da economia capitalista mundial do que os breves momentos de expansão por uma via de desenvolvimento definida, como aqueles ocorridos nas décadas de 1950 e 1960 (ARRIGHI, 1996, p. 01). Esses longos períodos de mudanças com descontinuidade acabaram levando a reorganizações da economia capitalista mundial sobre bases novas e mais amplas. Desse modo, a investigação de Arrighi teria, então, o intuito de identificar as condições sistêmicas em que uma eventual reorganização da economia capitalista poderia vir a ocorrer e como esta poderia se dar.

Inicialmente, Arrighi dialoga com David Harvey, teórico famoso pelo seu trabalho a respeito da mudança estrutural do capitalismo pós-década de 1970. A ideia apresentada por Harvey sustentava a hipótese de que, a partir desse período, o modo de produção fordista, baseado em sistemas de repetição e especialização, operando no interior de empresas gigantescas e burocratizadas, estaria refletindo um esgotamento e entrando em colapso. Nesse sentido, afirma Harvey:

De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes do capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade

de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes (HARVEY, 2012, p. 135).

Harvey, na exposição da tese que precede o desenvolvimento de *A condição pós-moderna*⁵ (2012), afirma, confluindo com Arrighi, que uma mudança político-econômica abissal vinha ocorrendo simultaneamente com uma mudança nas práticas culturais, desde a década de 1970. Quando confrontadas com as regras básicas de acumulação capitalista, no entanto, essas mudanças representavam, na verdade, transformações superficiais.

Arrighi então reconhece que a explosão de novos instrumentos e mercados financeiros, concatenada com a emergência de sistemas sofisticados de coordenação financeira em escala global, revelando um potencial de transformação ligado aos mercados financeiros, é um traço de novidade do capitalismo dos anos 1970 e 1980, que pode ser ligado a uma “acumulação flexível”; mas marca sua diferença em relação ao ponto de vista de Harvey no sentido de que, por mais que as indagações de ambos os trabalhos sejam semelhantes, o método defendido por Arrighi estaria mais centrado em uma investigação e análise das tendências atuais à luz de padrões de repetição e evolução que abarcaram todo o curso do capitalismo histórico como sistema mundial (ARRIGHI, 1996, p. 04). Dessa maneira, segundo Arrighi, tendências que pareciam inéditas e imprevisíveis começam a parecer cada vez mais familiares. Seu ponto de partida consiste na afirmação de Fernand Braudel de que as características essenciais do capitalismo histórico em sua *longue durée* formam a “flexibilidade” e o “ecletismo” do capital, e não as formas concretas assumidas por ele em diferentes lugares e épocas. Apoiado em Braudel, Arrighi sustenta a afirmação de que um aspecto essencial da história geral do capitalismo seria sua flexibilidade ilimitada, sua capacidade de mudança e adaptação. É aí que haveria uma certa unidade no capitalismo da Itália do século XIII ao Ocidente dos dias atuais.

Assim pode ter parecido que o capitalismo do século XIX, ao se deslocar para “o novo mundo da indústria”, especializando-se, tivesse desabrochado finalmente para sua forma mais perfeita ou definitiva. Mas essa, segundo Arrighi, seria apenas uma visão de curto prazo. Após a explosão inicial da mecanização, o tipo mais avançado de capitalismo retornou ao ecletismo, a uma indivisibilidade de interesses, em uma adaptabilidade e, por conseguinte, uma *não especialidade* ou espacialidade do capital.

Para corroborar sua visão, Arrighi utiliza a lei geral de acumulação capitalista desenvolvida por Marx sob o esquema D-M-D'⁶. O capital (D) significa liquidez,

⁵ A obra foi publicada originalmente em 1989.

⁶ A formulação da lei geral de acumulação capitalista de Marx é esquematizada na fórmula D-M-D', segundo a qual o capital-dinheiro (D) significa liquidez, liberdade de escolha e flexibilidade; o capital-mercadoria (M) é

flexibilidade e liberdade de escolha. O capital-mercadoria (M) é o capital investido numa dada combinação de insumo-produto, visando o lucro: significa concretude, rigidez, fechamento das opções, especialização. D' representa a ampliação da liquidez, da flexibilidade e da liberdade de escolha.

Apoiando-se em Marx, mas também em Braudel, Arrighi sustenta que haveria um padrão reiterado do capitalismo histórico: haveria uma alternância entre épocas de expansão material (fases D-M de acumulação de capital), quando o capital monetário coloca em movimento uma massa crescente de produtos que inclui força de trabalho e natureza, aquela fazendo parte desta, transformados em mercadoria, com um período de expansão financeira (M-D'), quando uma massa crescente de capital monetário “liberta-se” de sua forma de mercadoria e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (utilizando a fórmula D-D' – dinheiro gerando mais dinheiro, sem intermediação direta). Juntas, essas fases da esfera produtiva combinadas com a esfera financeira constituem um completo *ciclo sistêmico de acumulação*.

Arrighi recorre à obra de Braudel para fornecer exemplos históricos desse ciclo sistêmico de acumulação⁷: a retirada dos holandeses do comércio no século XVIII mostra a mesma tendência que se evidencia na Itália do século XV, quando a oligarquia genovesa passa das mercadorias para a atividade bancária. Os ingleses, por sua vez, entre o fim do século XIX e início do XX, acabaram criando a oportunidade para o advento do ciclo norte-americano após criarem, com a revolução industrial, um excesso de capital monetário. Neste sentido, vê-se, com experiências históricas concretas, para Arrighi, o padrão reiterado dos ciclos no capitalismo.

Apoiando-se em Marx e Braudel, Arrighi procura mostrar que o capitalismo sustentou-se sobre os ciclos econômicos de acumulação, mas também sobre uma relação de simbiose entre o capital e o Estado⁸. Desse modo, para Arrighi, a transição realmente importante não

capital investido em um arranjo de insumo-produto, em vista do lucro: significa concretude e rigidez, contrapondo-se à liquidez do dinheiro. Por fim, D' representa a ampliação da liquidez, flexibilidade e liberdade de escolha: o lucro (ARRIGHI, 1996, p. 05).

⁷ Para Arrighi, os principais ciclos de acumulação sistêmica foram os das cidades italianas (séculos XIV-XV), seguido pelo dos holandeses (século XVII), depois pelos ingleses (século XVIII e XIX) e finalmente o período de acumulação norte-americano (século XX), ainda vigente.

⁸ Marx constrói o percurso capitalista a partir da acumulação primitiva, começando pela expropriação da terra pertencente à população rural, tendo como contexto privilegiado de análise a Inglaterra, com a dissolução dos vínculos feudais, no século XVI em diante, até a política do cercamento dos campos e expropriação das terras comunais para a criação de gado lanífero para o abastecimento da grande indústria têxtil: “O que o sistema capitalista exigia, ao contrário, era uma posição servil das massas populares, a transformação destas em trabalhadores mercenários e a de seus meios de trabalho em capital” (MARX, 2013, p. 792). Juntamente com esse movimento, Marx procura marcar o aparecimento de uma “legislação sanguínea” contra os expropriados

foi a do feudalismo para o capitalismo, mas a do poder capitalista disperso para o poder capitalista concentrado, o que implica em estruturas de grande envergadura como o Estado moderno. O Estado moderno seria, dessa forma, o poder aglutinador do capital. Para Braudel, citado por Arrighi, “o capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado” (ARRIGHI, 1996, p. 11)⁹. Nesse registro pode-se compreender a dicotomia entre economia de mercado e capitalismo: Arrighi cita os Descobrimentos e a subjugação dos povos nativos das Américas como uma espécie de aliança entre o Estado e o capital para dizer ter sido essa tendência uma emergência de uma camada claramente capitalista por sobre uma outra camada da economia de mercado e em antítese a ela (idem, p. 20). Para Adam Smith, só seria possível manter os lucros em larga escala por um prazo indefinido através de práticas restritivas escoradas no poder estatal, que cerceiam e rompem o funcionamento natural da economia de mercado. Por essa perspectiva, o capitalismo seria uma união entre o capital disperso na economia de mercado e o Estado capaz de sustentar tais práticas restritivas. Disso decorreria a supremacia de uma camada superior de comerciantes e fabricantes que seria, no conceitual de Braudel, o verdadeiro “antimercado”, o *contre-marché*.

Arrighi, no entanto, contrapõe as ideias Smith frente ao arcabouço teórico de Braudel. Para Braudel, haveria uma concepção particular presente na relação entre a economia de mercado e o capitalismo. Smith diria que entre a tese e a antítese, haveria uma síntese apontando para uma redução da desigualdade de forças, na formação de um mercado mundial que reduziria as diferenças entre o Ocidente e o não-Ocidente. De igual maneira, contrapõe as ideias de Weber às de Smith, nessa mesma esteira, ao se questionar se essa superioridade de força oriunda da união do Estado com o capitalismo indicaria a formação de um imperialismo global, ou se este iria se transformar em um mercado global em que a superioridade de força do Ocidente desapareceria (ARRIGHI, 1996, p. 23).

A concepção braudeliana de três níveis da economia (vida material, economia de mercado e capitalismo) está presente no construto analítico de Arrighi: a noção de ciclo sistêmico de acumulação deriva diretamente da ideia braudeliana do *capitalismo* como camada superior da hierarquia do mundo dos negócios. A análise de Arrighi concentra-se nessa camada superior e fornece uma visão limitada do que se passa na camada intermediária,

desde o final do século XV, o que denota também a implicação estatal neste movimento de contenção das massas expropriadas.

⁹ Para analisar os elementos fundamentais referentes ao conceitual da acumulação primitiva em Marx, torna-se importante observar que Arrighi toca no mesmo problema que ocupa o penúltimo capítulo do Livro I de *O Capital*. Em linhas gerais, para Arrighi, o capitalismo é o nome dado para o comportamento econômico encetado por um arranjo no qual o Estado tem papel essencial. A acumulação primitiva não seria resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida.

a da *economia de mercado*, e na camada inferior, a da *vida material*. Assim, tem-se que a camada intermediária, da economia de mercado e das trocas, tornou-se a área privilegiada para a sociologia histórica e econômica, pois as camadas abaixo e acima da economia de mercado são zonas de opacidade. A camada inferior, a da vida material, é difícil de visualizar por falta de documentos históricos adequados; a camada superior é também difícil de visualizar devido à efetiva invisibilidade e complexidade das atividades que a constituem.

Em *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial* (2001) o objetivo consiste em demonstrar que expansões sistêmicas sob a liderança de cada Estado hegemônico culminaram em uma crise e em um colapso do sistema vigente. A expansão só seria retomada quando um novo Estado hegemônico trilhasse uma via de desenvolvimento diferente, reorganizando o sistema para solucionar problemas e contradições encontradas anteriormente (ARRIGHI & SILVER, 2001, p. 281). A globalização do sistema mundial moderno, por exemplo, ocorreu em meio a um processo de rupturas dos padrões estabelecidos de governo, acumulação, coesão social, no decurso dos quais uma nova ordem hegemônica se afirma a partir da decadência da anterior.

A tese do livro, que se aproxima, dialoga e complementa aquela apresentada em *O Longo Século XX* (1996), é a de que a partir de 1970 vem-se perpassando um período de derrocada da potência hegemônica contemporânea. Da mesma maneira, o livro sustenta a ideia de que, analisando as transições hegemônicas do passado, é possível identificar padrões de repetição e evolução que ajudam a compreender melhor a natureza e as consequências futuras das transformações (idem, ibidem). Essa *melhor compreensão* é resumida pelos autores em cinco proposições inter-relacionadas, ao final do livro, que formulam como hipóteses a serem rejeitadas à luz do desdobramento dos fatos ou, não sendo rejeitadas, como recursos para a monitoração da mudança sistêmica em curso. A primeira proposição sugere que a expansão financeira dos últimos vinte anos, contados da data de publicação da obra (original de 1999), não é um novo estágio do capitalismo mundial nem tampouco o arauto de uma “hegemonia vindoura dos mercados globais”; é, antes, o sinal mais claro de que se está em meio a uma crise hegemônica (ARRIGHI & SILVER, 2001, p. 282).

A segunda proposição sustenta que a novidade geopolítica mais importante da atual crise hegemônica é uma bifurcação das capacidades militares e financeiras que não tem precedentes nas transições hegemônicas anteriores. Essa bifurcação reduz a probabilidade de eclosão de uma guerra entre as unidades mais poderosas do sistema, mas não reduz as probabilidades de que a atual crise hegemônica degenerem em um período mais ou menos prolongado de caos sistêmico (idem, p. 285).

A terceira proposição de Arrighi e Silver é a de que ao contrário da expansão financeira global, a proliferação do número e da variedade das organizações e comunidades empresariais transnacionais seria uma característica nova e provavelmente irreversível da atual crise hegemônica. Foi um fator fundamental na desintegração da ordem econômica norte-americana, e podemos esperar que continue a moldar a mudança sistêmica em andamento, através de uma perda generalizada, mas não universal, do poder dos Estados (idem, p. 288).

A quarta proposição enfoca o problema do déficit dos movimentos sociais: a perda de poder dos movimentos sociais – em particular o movimento trabalhista – que acompanhou a expansão financeira das décadas de 1980 e 1990 seria, basicamente, um fenômeno conjuntural. Além disso, aponta para as dificuldades implícitas no cumprimento das promessas do *New Deal* patrocinado pelos Estados Unidos e afirma ser provável e esperável que uma nova onda de conflitos sociais reflita a maior proletarização, a feminização crescente e a mudança da configuração espacial e étnica das forças de trabalho mundiais (idem, p. 292).

Por fim, a quinta proposição: o choque entre as civilizações ocidentais e não ocidentais está mais no passado do que no futuro. O que se tem pela frente são as dificuldades implícitas na transformação do mundo moderno em uma comunidade de civilizações que reflita a mudança do equilíbrio de poder entre as civilizações ocidentais e não ocidentais, antes de mais nada na civilização sinocêntrica que ressurge (idem, p. 296).

Nesta quinta e última proposição, uma observação: parece que os autores souberam captar o período mais ou menos dramático e imponderável que a humanidade teria pela frente. Escrevendo no final da década de 1990, os autores, comparando o declínio da hegemonia britânica, que nas duas Grandes Guerras opôs resistências às forças agressoras, observam que àquela altura não havia nenhuma força mundial capaz de fazer frente ao sistema mundial centrado nos Estados Unidos, mas essa nação teria uma capacidade ainda maior do que teve a Grã-Bretanha para converter sua hegemonia decrescente em uma dominação exploradora. Observam que se o sistema vier a entrar em colapso, o que desde pelo menos 2008 pode-se perceber mais claramente, será sobretudo pela resistência norte-americana à adaptação e conciliação. A adaptação e a conciliação norte-americanas em relação ao crescente poder econômico da região do Leste da Ásia era, para os autores, e quiçá seja hoje ainda, a condição essencial para uma transição não catastrófica para uma nova ordem mundial.

Ao se falar em catástrofe e poder excessivo que as soberanias militarmente equipadas podem representar, está-se remetendo ao tema da posição do Estado no sistema geopolítico mundial. A violência aqui não seria distante daquela observada por Marx quando se refere à

acumulação primitiva de capital, seja na Inglaterra com o cercamento dos campos, seja na Nova Espanha com a expropriação dos nativos mesoamericanos.

A acumulação primitiva, por sua vez, é o nome da zona de obscuridade de Arrighi, que toma o termo emprestado de Braudel, para se referir à simbiose entre a atuação do Estado no encaminhamento do funcionamento econômico, em outros termos, da função capitalista, que outra não é que esta urdidura entre Estado e economia política. O conjunto das potências hegemônicas trazidas por Arrighi estaria presente neste trecho de Marx:

Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se, agora, numa sequência mais ou menos cronológica, principalmente entre Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica (MARX, 2013, p. 821).

Por esse caminho, Marx relaciona o desenvolvimento capitalista à soberania estatal com a afirmação de que a violência concentrada e organizada da sociedade seria uma “potência econômica”. Cabe aqui o questionamento sobre a posição do Brasil nessa trama, já de antemão evocando o parágrafo final do último capítulo de *O capital* (“A teoria moderna da colonização”):

Porém, não nos concerne aqui a situação das colônias. O que nos interessa é apenas o segredo que a economia política do Velho Mundo descobre no Novo Mundo e proclama bem alto, a saber, o de que o modo capitalista de produção e acumulação – e, portanto, a propriedade privada do capitalista – exige o aniquilamento da propriedade privada fundada no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador (MARX, 2013, p. 844).

Nessa direção, o pensamento social brasileiro possui alguns autores clássicos que se concentram na análise das formas de sociabilidade e coesão social fundantes do Brasil, marcando sobretudo a importância do período colonial para a formação do *ethos* brasileiro. Para o objetivo deste trabalho, procura-se resgatar a obra de Celso Furtado, no que esta apresenta para esclarecer alguns aspectos da formação econômica brasileira e da posição do Brasil nos ciclos de acumulação sistêmica historicamente situados. Furtado busca sublinhar que o Brasil apresenta-se como pedra angular no comércio extrativista e agroexportador

português, primeiro como entreposto comercial importante da extração de pau-brasil; depois como empresa colonial agroexportadora cuja proeminente liderança se deu na produção e comércio de produtos tropicais – particularmente o açúcar. Os elementos que possibilitam analisar mais de perto a teoria de Celso Furtado para a compreensão da posição do Brasil nos ciclos de acumulação consistem no assunto da próxima seção.

2. A POSIÇÃO DO BRASIL DESDE O SISTEMA COLONIAL: A PERSPECTIVA DE CELSO FURTADO

Celso Furtado (1920-2004) é responsável por uma produção teórica relevante sobre a formação econômica brasileira e latino-americana, fruto inclusive de sua atuação junto à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), sediada em Santiago do Chile. Torna-se interessante aqui resgatar alguns comentários sobre a posição do Brasil no sistema-mundo e em sua formação econômica a partir de duas obras de Furtado: sua tese de doutorado defendida na Sorbonne em 1948 (*Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*) e o clássico *Formação Econômica do Brasil*, de 1959. Com efeito, Furtado acaba utilizando, nos capítulos iniciais de *Formação Econômica do Brasil*, grande parte de seus estudos levados a cabo em sua tese doutoral.

O método de Celso Furtado nas duas obras, apesar do intervalo de onze anos entre ambas, é muito semelhante e característico: a utilização da história econômica para uma análise das dinâmicas estruturais concernentes ao desenvolvimento econômico brasileiro. Em *Economia colonial do Brasil nos séculos XVI e XVII* (2001), Furtado insere-se no seleto rol de pensadores sobre a formação brasileira, ao lado de Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda. Suas preocupações giram em torno das características principais a darem a configuração social, política e, sobretudo, econômica do Brasil. Inicialmente, ocupa-se com os fundamentos sociais da expansão marítima lusitana e as transformações político-econômicas de Portugal, marcando o precoce nascimento da burguesia e o pendor pelas artes náuticas e as atividades comerciais.

Com a chegada lusa às terras brasileiras, procura mostrar que as características principais da exploração econômica giram em torno do monopólio: de início, a Coroa declara o monopólio do comércio de pau-brasil, sendo sua exploração confiada a um grupo de mercadores lisboetas, entre eles o cristão-novo Fernão de Noronha (FURTADO, 2001, p. 62). Nesse período, que pode ser limitado até a primeira metade do século XVI, o único bem de relevância comercial na América portuguesa era o pau-brasil, gerando um rendimento muito

menor do que o comércio com o Oriente (uma nau enviada ao Oriente tinha um rendimento sete vezes maior).

Quando ocorre o início do ciclo do açúcar, há o surgimento do que Furtado chama de “empresa de colonização” das terras do Brasil. Uma produção empresarial que guardou a característica do monopólio, agora aliada à de exportação alicerçada em latifúndio e trabalho escravo. A produção da cana-de-açúcar, com efeito, torna-se um monopólio português durante algum tempo, tendo se dado com progressiva participação do capital e de técnicas de refino holandesas. A ocupação do norte do Brasil pelos holandeses, já no século XVII, foi para Furtado uma guerra pelo comércio do açúcar. No mesmo sentido, Luiz Felipe de Alencastro analisa o comércio do Atlântico Sul envolvendo Brasil, Angola e Argentina – mais precisamente, Rio de Janeiro-Luanda-Buenos Aires, no comércio que envolvia escravos africanos e a prata peruana, e mostra que os holandeses, quase ao mesmo tempo em que invadiram o Nordeste do Brasil para tomar a indústria da cana-de-açúcar, invadiram também Luanda, para dominar o circuito do tráfico negreiro no Atlântico Sul (ALENCASTRO, 2000, pp. 221-224).

Uma das críticas que pode ser formulada a Arrighi a partir da obra de Celso Furtado, no entanto, seria a baixa precisão analítica que se pode extrair de *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial* e *O Longo Século XX* para a análise da posição do Brasil¹⁰ no sistema-mundo e nos ciclos hegemônicos de acumulação das diferentes potências mundiais. Sem embargo, como sua teoria lança mão de longos períodos e macrocamadas de análises históricas da economia, pormenores relativos a posicionamentos de países como o Brasil teriam aparecido como de difícil execução. Se Arrighi, Wallerstein e outros partidários da Teoria do Sistema-Mundo lançam as bases heurísticas para uma analítica da dinâmica das estruturas econômicas na contemporaneidade, um campo aberto para estudos brasileiros inseridos nessa perspectiva vem ajudando a compreender a posição do Brasil nas conjunturas analisadas (VIEIRA, VIEIRA & FILOMENO, 2012; VIEIRA, 2004).

Nos primeiros capítulos de *Formação Econômica do Brasil*, Furtado consegue operar com maestria as etapas, concomitantes às fases da transição da economia colonial, de dependência econômica de Portugal frente à Inglaterra e, depois de 1822, do Brasil também frente aos britânicos.

Com a perda do comércio oriental e o desarranjo do ciclo do açúcar em virtude da atuação da Holanda – primeiro com a invasão do Nordeste brasileiro, depois com a invasão de

¹⁰ Ainda que, seja sabido, não ter sido esse o foco central da obra de Arrighi.

Luanda, fornecedora de escravos africanos para as fazendas canavieiras – Portugal percebe que a única forma de manter suas colônias de ultramar em um período de acirrado imperialismo é alinhando-se com uma grande potência, o que significaria a alienação de parte de sua soberania. Conclui então acordos com a Inglaterra, sendo o primeiro deles de 1642, dois anos após a Restauração da soberania de Portugal frente à Espanha com o fim da União Ibérica. Se a operacionalidade da empresa açucareira portuguesa não teria sido possível sem a ajuda comercial-financeira dos holandeses, a manutenção de suas possessões de ultramar não teria sido possível sem os acordos com a Inglaterra, que muito a beneficiariam comercialmente. Arrighi e Silver reconhecem esse fato e citam o trabalho de Furtado (ARRIGHI & SILVER, 2001, p. 57). Portugal cede Bombaim permanentemente à Inglaterra em troca de ajuda da esquadra britânica para a manutenção da ordem nas possessões lusas (FURTADO, 2007, p. 65).

Com o início do ciclo do ouro no Brasil, Portugal suspende o rudimentar desenvolvimento da indústria manufatureira local e transfere aos ingleses todo o impulso da dinâmica de extração aurífera abrindo mão, assim, do esforço em direção à produção manufatureira. Para a Inglaterra, o ciclo do ouro no Brasil fomentou sua indústria manufatureira, já em plena Revolução Industrial, além de tornar o sistema bancário inglês o principal centro financeiro da Europa. Por isso, houve afirmações de contemporâneos do período, citadas por Furtado, indicando que o comércio mais lucrativo para a Inglaterra era aquele encetado com Portugal-Brasil. Nesse sentido, podemos ler a afirmação de Celso Furtado no que tange à posição do Brasil em um sistema integrado à economia e à posição hegemônica inglesa no período:

Observada de uma perspectiva ampla, a economia luso-brasileira do século XVIII se configurava com uma articulação – e articulação fundamental – do sistema econômico em mais rápida expansão na época, ou seja, a economia inglesa. O ciclo do ouro constitui um sistema mais ou menos integrado, dentro do qual coube a Portugal a posição secundária de simples entreposto (FURTADO, 2007, p. 66).

Chegado o século XIX e a independência do Brasil, pouca coisa mudou na estrutura comercial com relação à dependência brasileira frente ao poder hegemônico inglês, que ainda duraria quase cem anos. A economia brasileira ainda se sustentava em um sistema agroexportador baseado em trabalho escravo, agora prestes a entrar em seu mais novo ciclo, o do café.

Furtado se concentra, em *Formação Econômica do Brasil*, em percorrer os principais ciclos da economia brasileira e fornecer um sólido material analítico para a interpretação do

desenvolvimento e da situação de dependência da economia brasileira no cenário internacional, bem como da industrialização do país a partir da década de 1930, com um empuxo de notável atraso em relação aos países da Europa e América do Norte.

A situação a partir deste momento histórico, contudo, parece convergir, em Furtado, para o cenário desenhado por Arrighi e Silver: com efeito, o Estado Nacional vem perdendo cada vez mais proeminência frente aos arranjos comerciais de grandes empresas e conglomerados que transcendem as fronteiras nacionais em suas atividades produtivas e de circulação.

Celso Furtado aborda esse cenário em obra publicada postumamente, *Criatividade e dependência* (2008), em que se debruça sobre o estudo de um mundo fomentado por relações coordenadas por grandes empresas e grupos financeiros capazes de dispor de uma extensa coordenação em múltiplas áreas em âmbito mundial e monopolizar o poder de iniciativa. Nessa direção, Furtado dará grande ênfase a alguns recursos centrais em que se assentaria o poder de dispor de recursos estratégicos em relação ao qual os Estados Nacionais precisariam aprender a coordenar-se: seria o caso, por exemplo, do controle de tecnologia, do controle das finanças, do controle dos mercados, do controle do acesso às fontes de recursos não renováveis e do controle do acesso à mão-de-obra barata. O manejo desses recursos originaria posições de força que ocupariam os Estados Nacionais e os grandes grupos econômicos na luta pela apropriação do excedente gerado pela economia internacional (FURTADO, 2008, p. 151).

Segundo Furtado, essas posições de força seriam de pesos diferentes e em seu relacionamento tenderiam a ordenar-se, formando uma estrutura. A luta contra a dependência seria, então, um esforço de países periféricos para modificar essa estrutura (idem, ibidem). Furtado parece refinar sua perspectiva, neste momento, dando ênfase à complexa relação formada pela interação de países no sistema mundial mediada pelo controle da tecnologia: “dos recursos de poder referidos, o primeiro – o controle da tecnologia – constitui atualmente a trava mestra da estrutura de poder internacional” (idem, ibidem). A luta contra a dependência, mais do que uma luta pelo desenvolvimento e distribuição de renda, seria um esforço para anular os efeitos do monopólio do recurso da tecnologia dominado pelos países centrais. A civilização industrial parece caminhar efetivamente para um afunilamento desse controle e domínio tecnológico, tendo em vista a proeminência de alguns poucos conglomerados na circulação de dados e fornecimento de produtos e serviços no âmbito da informática e das comunicações. Furtado reconhece a centralidade da tecnologia, a qual constitui, na sociedade industrial, a expressão final da criatividade humana e dá o tom da

noção de *dependência*: a dependência é, primeiramente, tecnológica, ou seja, “reunir outros recursos de poder para neutralizar ainda que parcialmente o peso da dependência tecnológica – eis a essência do esforço que realizam os países periféricos para avançar pela via do *desenvolvimento*” (idem, p. 160).

Observando por esse ponto de vista, a demarcação conceitual dada por Furtado não parece afastar-se da perspectiva de Arrighi: ao se considerar que a hegemonia trabalhada por Arrighi, em sua vertente cultural-ideológica, envolve a dominação tecnológica, então a análise da acumulação sistêmica seria capaz de cobrir também esse aspecto fundamental. Assim, o realce conceitual de Furtado aparece com especial relevância para a compreensão das sociedades capitalistas contemporâneas enredadas em complexas relações multilaterais conformadoras de agenciamentos multiformes entre Estados Nacionais e conglomerados enquanto organizações que se espriam em âmbito mundial. Compreender como esses elementos se inter-relacionam consiste no escopo da próxima seção.

3. CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO E A OBRA DE CELSO FURTADO: A IMPORTÂNCIA DO CONCEITO DE SUBDESENVOLVIMENTO

Celso Furtado abre seu ensaio *Dependência num mundo unificado* com duas indagações fundamentais: como desconhecer que os povos do planeta, praticamente sem exceção, estão hoje em dia empenhados em adquirir ou preservar o domínio desse fabuloso acervo de técnicas que emergiram no quadro da civilização industrial? E como não perceber que um grupo de países ocupa posição de vanguarda no processo de acumulação, vetor principal do avanço dessas técnicas? Para Furtado, essas duas indagações “desnudam o cerne de uma realidade histórica a ter em conta em qualquer reflexão sobre o mundo contemporâneo” (FURTADO, 2008, p. 123).

Esse ensaio, presente em *Criatividade e dependência* e referido na seção anterior, sugeriria que Furtado possa ter sido influenciado pela Teoria do Sistema-Mundo ou, antes, que tenha já se orientado, desde sua tese de doutorado defendida na *Sorbonne*, a pensar o tema do desenvolvimento e da economia dentro de uma perspectiva sistêmica que levasse em conta a perspectiva histórica da formação econômica, o que fica claro pelo tratamento dado ao período colonial brasileiro em *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII* (1948 ; 2001).

A aproximação das perspectivas de Celso Furtado e a da Teoria do Sistema-Mundo (sobretudo, aqui, a de Giovanni Arrighi) aparece como relevante para sugerir a hipótese de

que: i) Furtado, de modo geral, desde sua tese de doutorado, utiliza uma metodologia muito próxima da que futuramente seria construída sob a nomenclatura de Teoria do Sistema-Mundo, ainda que seja para efetuar uma análise da formação econômica do Brasil desde a montagem do sistema colonial; ii) Arrighi e, de modo geral, os teóricos e historiadores da Teoria do Sistema-Mundo, ao aproximarem-se de Celso Furtado, do ponto de vista teórico e analítico, conseguiriam provar, com suas teorias, o valor heurístico e analítico de uma metodologia que esteve, desde os anos 1960, em tensão com a Teoria da Dependência, cujos artífices reuniam-se então entorno de pensadores como Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra, Andre Gunder Frank, dentre outros.

Com efeito, como mostra Vieira (VIEIRA, 2004), algumas linhas adotadas pela Teoria da Dependência foram contrárias à perspectiva analítica da Teoria do Sistema-Mundo, do ponto de vista teórico e metodológico. De acordo com Vieira, a perspectiva de Marini para a dependência não se detém, por exemplo, no século XVI, ainda que considere a importância que tiveram os metais preciosos e os produtos exóticos latino-americanos para o desenvolvimento do capital comercial e bancário da Europa, o que de alguma forma prepara o caminho para a criação da grande indústria (VIEIRA, 2004). O decisivo, para Marini, para o processo de dependência, seria a Revolução Industrial, que corresponderia ao processo de independência da América Latina. Uma das críticas de Vieira a Marini a partir da perspectiva do sistema-mundo é que para Marini a dependência não seria uma relação entre unidades econômicas, mas entre entidades políticas, as nações. Ocorre que no moderno sistema mundial, formado por uma economia que não obedece aos limites interestatais, o poder dos Estados depende em grande medida da riqueza disputada internacionalmente pelos capitalistas e na medida em que estes se comprometerem com os projetos políticos de Estados face a outros Estados (VIEIRA, 2004). Nas palavras do autor:

Portanto, é necessário entender a relação entre Estado-nação e o capitalismo. A este respeito, a posição de Braudel, Wallerstein, Arrighi e outros autores, que adotam a perspectiva do sistema-mundo, pode ser resumida na frase de Charles Tilly citada por Arrighi no início de seu “O Longo Século XX”, livro em que o autor se propõe a estudar “os dois grandes processos interdependentes da era (moderna): a criação de um sistema de Estados nacionais e a formação de um sistema capitalista mundial” (VIEIRA, 2004, pp. 14-15).

Nesse sentido, a unidade de análise de Wallerstein e Arrighi acaba sendo a mesma, isto é, a dinâmica econômica dos sistemas mundiais, diferenciando-se da perspectiva latino-americana da Teoria da Dependência, focada na economia nacional. Ao contrário de Marini, para o qual a articulação da América Latina com a economia mundial inicia-se de forma

consistente somente no século XIX ao longo dos processos de independência política dos Estados, Wallerstein e Arrighi, seguindo Braudel, consideram que desde o século XVI as Américas espanhola e portuguesa já eram parte integrante da divisão de trabalho da economia-mundo capitalista europeia (VIEIRA, 2004). Celso Furtado segue nessa mesma direção em sua tese de doutorado sobre a economia colonial no Brasil, marcando a posição da colônia brasileira na montagem da estrutura capitalista internacional e despontando como potência agroexportadora de produtos tropicais (FURTADO, 2001). Neste sentido, a obra de Celso Furtado representou, em relação à Teoria da Dependência, uma via analítica alternativa, em sua Teoria do Subdesenvolvimento:

[...] o subdesenvolvimento, como uma trajetória histórica distinta, porém contemporânea ao desenvolvimento das principais sociedades industriais, deve ser estudado em seu conjunto, na comparação entre os Estados que constituem o sistema mundial. Pois é na interação dialética entre os países desenvolvidos e sub-desenvolvidos que ganhará sentido o processo histórico do sistema como um todo e de suas partes individualmente. Destarte, é somente na análise da formação dos Estados nacionais, da competição entre Estados nacionais e da conformação do Sistema Capitalista Mundial, que o subdesenvolvimento pode ser apreendido em sua totalidade (BORJA, 2009, p. 253).

A pertinência da análise de Celso Furtado comparativamente à perspectiva dos sistemas-mundiais presta-se também a afastar alguns pressupostos falaciosos quanto à estrutura econômica mundial. Um pressuposto oculto da perspectiva da dependência seria, neste sentido, a independência dos países centrais, o que, demonstram tanto Arrighi e Wallerstein quanto Furtado, não é verdadeiro. Aqui, pode-se proceder a uma leitura complementar entre Arrighi e Furtado: observa-se, em Arrighi, de maneira distinta porém complementar a Furtado, a situação de dependência também de países condutores do desenvolvimento do capital industrial e em vias de tornarem-se hegemônicos, como a Inglaterra:

[...] a redução dos custos unitários que sustentava a expansão da indústria algodoeira britânica dependia de modo crucial do aumento das vendas para mercados estrangeiros, inclusive especialmente os da Europa continental e dos Estados Unidos (...) em suma, o ramo principal da “revolução industrial” britânica do fim do século XVIII foi, desde o começo, uma indústria global cuja competitividade e expansão contínua dependiam das economias externas proporcionadas pela obtenção de insumos e pela comercialização de produtos nos mercados estrangeiros (ARRIGHI, 1996, p. 269 apud VIEIRA, 2004, p. 23).

Tal passagem liga-se àquela em que Furtado analisa o papel essencial do ouro extraído no Brasil para o empuxo do processo de industrialização britânico, no interior da relação comercial com Portugal.

Se, com efeito, Furtado aparece como autor de uma teoria alternativa à Teoria da Dependência, é também verdade que em muito se aproxima da Teoria do Sistema-Mundo, embora suas preocupações sejam distintas e se voltem mais para a problemática do subdesenvolvimento brasileiro. Neste sentido, a Teoria do Sistema-Mundo, em especial a obra de Arrighi, apresentaria um aporte relevante para um diálogo com a obra de Celso Furtado para a compreensão da economia mundial em seus ciclos históricos de acumulação sistêmica, em um processo de interdependência, ainda que ordenado hierarquicamente no interior de uma estrutura de hegemonia.

A utilização de uma leitura conjunta de Arrighi e Furtado em análises da economia-mundo, sobretudo no campo luso-brasileiro, vem acontecendo em trabalhos recentes produzidos no Brasil (VIEIRA, 2012). Seguindo o caminho já realizado pelo jovem Furtado em sua tese doutoral de 1948, a utilização da obra furtadiana complementa a análise de Arrighi, sobretudo porque, em *O Longo Século XX*, não há desenvolvimentos concretos nas várias regiões da economia-mundo. O entendimento sobre qual seria a posição de Portugal na economia-mundo em Braudel, já que Arrighi não busca realizar análises nesse sentido, leva ao conceito de periferia ou periferia da economia-mundo. O Estado português e o desenvolvimento de sua atividade econômica, neste sentido, estiveram inseridos, desde o início da expansão ultramarina, em um sistema capitalista, a despeito das interpretações de Caio Prado Júnior e do próprio Furtado, que apontam no sentido de uma simples expansão do capitalismo comercial.

O conceito de subdesenvolvimento, central na obra de Celso Furtado, teria sua aplicação, na perspectiva dos ciclos sistêmicos de acumulação e na análise da economia-mundo, na medida em que Furtado, ao lançar mão do conceito, utilizaria, implicitamente, uma noção de sistema-mundo ou economia-mundo. Estabelecendo uma espacialidade à qual se aplica a noção de subdesenvolvimento, estabelece assim uma hierarquia em relação aos centros irradiadores do desenvolvimento, formadores de um sistema de interdependência econômica. O foco dado à dependência tecnológica em *Criatividade e dependência* não desmente tal circuito a unir centros e periferias, desenvolvimento e subdesenvolvimento.

A perspectiva da Teoria do Sistema-Mundo e, no caso do presente estudo, dos ciclos sistêmicos de acumulação, apresenta-se como relevante e fecunda para a leitura da obra de Celso Furtado. Ainda que Furtado divirja em alguns pontos em relação a essa perspectiva

teórica (como o exposto acima acerca da expansão do capitalismo comercial relativamente fora de um sistema capitalista), trabalha com uma visão de mundo sistêmica desde sua tese doutoral na *Sorbonne*, talvez em virtude de ter recebido importantes influências do estruturalismo francês. O fato de que o estabelecimento do latifúndio canavieiro representou uma inserção no sistema capitalista mundial e uma verdadeira “empresa de colonização” aponta para este caminho:

O interesse internacional despertado já no início do século XVI pelo açúcar demonstra-o o fato de que o primeiro engenho fundado no Brasil (1533) teve a participação de capitais italianos e flamengos. A Coroa portuguesa, por seu lado, empenhará um grande interesse no desenvolvimento da produção açucareira no Brasil (FURTADO, 2001, p. 95).

Se a perspectiva da Teoria do Sistema-Mundo e, em especial, de Arrighi, é fecunda e relevante para uma leitura comparada com Celso Furtado, o inverso também é verdadeiro: como assinala Pedro Antonio Vieira (2012), Arrighi não trata especificamente os desenvolvimentos concretos das regiões do sistema-mundo. Furtado apareceria então como um autor que, tendo buscado compreender o desenvolvimento concreto da economia brasileira em sua formação, inevitavelmente a coloca sob um olhar sistêmico em sua Teoria do Subdesenvolvimento. Partilhando, assim, com os teóricos do Sistema-Mundo, uma incontornável perspectiva histórica, Furtado não cai nas armadilhas de uma análise que acaba por separar o sistema econômico do sistema político, como os partidários da Teoria da Dependência (VIEIRA, 2004). Nesse sentido, a discussão demonstra apresentar mais nuances do que se pretende esgotar no presente artigo, que busca estabelecer relações trazendo à tona algumas reflexões sobre a abordagem desses autores e despertar o debate acerca da potencial inter-relação entre seus trabalhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ideias apresentadas por Arrighi denotam a importância dada ao processo de formação de uma economia mundial capitalista, em uma visão compartilhada tanto por Braudel quanto por Marx. O papel da expansão do Ocidente e conquistas comerciais e territoriais foram determinantes para este processo, algo que Arrighi destaca em sua obra. A tarefa inicial deste trabalho consistiu, neste sentido, em realçar no percurso de Arrighi alguns pontos considerados importantes para a compreensão de sua teoria das acumulações sistêmicas no contexto da formação de hegemonias mundiais.

Entre o primeiro ciclo sistêmico de acumulação (genovês), o segundo ciclo sistêmico (holandês) e o terceiro ciclo sistêmico (britânico), por exemplo, haveria importantes eventos envolvendo Portugal e a formação do Brasil colonial.

Por sua vez, Celso Furtado enfatiza a importância do período colonial para a formação econômica do capitalismo organizado mundialmente. Analisando os ciclos econômicos de que foi parte a então colônia brasileira, mostrará que a dinâmica da dependência não se forma a partir de um contexto político, mas vai formando-se no interior de um processo histórico econômico. É possível notar essa dinâmica na análise do comércio britânico com Portugal e os bens produzidos pelo Brasil, sobretudo durante o ciclo do ouro e suas repercussões. Desse modo, a dependência portuguesa frente aos britânicos acabou significando também a dependência brasileira, ainda que tenha ocorrido sua independência política, a qual não logrou o rompimento do vínculo de dependência econômica junto ao poder de influência britânico.

A pertinência do trabalho concentrou-se na possível interação entre os conceitos de acumulação sistêmica introduzido por Giovanni Arrighi e o ferramental conceitual apresentado por Celso Furtado, como os conceitos de subdesenvolvimento e de dependência tecnológica, de modo que, inicialmente, buscou-se averiguar se seria possível complementar a leitura de Arrighi mediante a obra de Celso Furtado e vice-versa. Verificou-se que a perspectiva de análise de ambos possui pontos de convergência, de modo que é possível que a noção furtadiana de dependência aproxime-se mais da perspectiva da Teoria do Sistema-Mundo do que de outras análises que elevaram a dependência a ponto fulcral de uma perspectiva teórica.

Com efeito, é possível vislumbrar, ao longo do desenvolvimento da economia brasileira, uma série de possíveis arcabouços interpretativos para analisar a dinâmica do país no decorrer do tempo. Se por um lado é pertinente recorrer aos ciclos de acumulação hegemônicos de Giovanni Arrighi – em paralelo ao período canavieiro dentro do ciclo hegemônico holandês e ao período aurífero no contexto do ciclo hegemônico britânico – por outro lado, através da perspectiva de Celso Furtado, é possível compreender os primórdios do processo de interdependência econômica, durante e após a colonização, que acompanharia o Brasil na sucessão dos deslocamentos hegemônicos mundiais e daria a tônica ao conceito de subdesenvolvimento.

Dessa forma, pretende-se estimular o debate e a reflexão sobre as condições do presente, os meandros do passado e as possibilidades de futuro, buscando compreender os impactos dessa gama de transformações históricas e econômicas, pensando inclusive em seus reflexos no contexto brasileiro atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes – formação do Brasil no Atlântico Sul – séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. **O longo século XX: dinheiro poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BORJA, Bruno. Celso Furtado e a cultura da dependência. **OIKOS**, Rio de Janeiro, volume 8, n.2, 2009, pp. 247-262.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. 3 volumes. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- FIORI, José L. (Org.) **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.
- FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- _____. **Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII**. São Paulo: Hucitec, 2001.
- _____. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- MARX, Karl. **O Capital: livro I**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, vol. 3, setembro, p. 47-111, 1949.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José L. (Orgs.) **Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

TILLY, Charles. **Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons**. New York: Russel Sage, 1984.

VIEIRA, Pedro Antonio. A economia-mundo, Portugal e o “Brasil” no longo século XVI (1450-1650). In: VIEIRA, Pedro Antonio; VIEIRA, Rosângela de Lima; FILOMENO, Felipe Amin (Orgs.). **O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012.

_____. Uma crítica ao conceito de dependência a partir do conceito de economia-mundo. **Cadernos de Economia**, Chapecó, ano 8, n. 15, jul./dez. 2004.

VIEIRA, Pedro Antonio; VIEIRA, Rosângela de Lima; FILOMENO, Felipe Amin (Orgs.). **O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. “A análise dos Sistemas-Mundo como movimento do saber”. In: VIEIRA, Pedro Antonio; VIEIRA, Rosângela de Lima; FILOMENO, Felipe Amin (Orgs.). **O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012.

_____. **World-Systems Analysis: An Introduction**. Durham: Duke University Press, 2012.

WEBER, Max. **General Economic History**. New York: Collier, 1961.

Recebido em: julho/2016;

Aprovado em: março/2017.